

Fronteiras instáveis na escola de Foz do Iguaçu: o início de um percurso

FRANCIONE OLIVEIRA CARVALHO¹

Nasci em Foz do Iguaçu. Nas três casas que a minha família habitou durante o período em que vivi na cidade me possibilitaram conviver com três culturas diferentes. Ainda criança e morando num bairro próximo a uma grande favela da cidade, brincava com filhos de paraguaios nascidos no Brasil e recebia no portão os paraguaios “autênticos” que ofereciam frutas, chipas² e outras bugigangas a um preço irrisório e sempre negociável. Alguns anos mais tarde, meu pai torna-se gerente de um posto de gasolina na avenida Juscelino Kubitschek, uma das mais importantes da cidade, ligação do Paraguai e da Argentina com o centro de Foz do Iguaçu. Mudamos para uma grande casa atrás desse estabelecimento. Minhas constantes idas ao posto de gasolina me possibilitaram perceber não só como os paraguaios relacionavam-se com a cidade e a sua gente, mas como argentinos e árabes revelavam nos gestos e nas palavras um pouco de si e de sua cultura. Enquanto os paraguaios nos seus carros geralmente velhos e com pintura descascada eram falantes, simpáticos e descontraídos, os argentinos se mostravam mais reservados e altivos nos seus automóveis de vidro preto e placa branca, já os homens árabes em carros de luxo alternavam-se entre vozes altas e graves e um enorme silêncio, que quando quebrado provocava risos devido ao sotaque carregado e os erros de português.

Ao mudarmos novamente de residência, indo morar num bairro de classe média predominantemente árabe em volta da grande mesquita da cidade, ampliou-se o meu “imaginário” sobre essa cultura. Do sofá da minha casa, escutava as diversas músicas árabes tocadas em potentes aparelhos sonoros, sentia o aroma doce do narguilé e acompanhava as orações coletivas em direção a Meca. Entretanto, minha família e os “vizinhos” pouco se relacionavam. Enquanto os homens trabalhavam o dia inteiro no comércio da fronteira, as mulheres, muitas delas envoltas de lenços e jóias, reuniam-se

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela mesma instituição. Professor do curso de Pedagogia e História da Estácio Uniradial, na cidade de São Paulo. Apoiado pelo Fundo Mackenzie de Pesquisa – MACKPESQUISA

² Biscoito feito de polvilho de mandioca e queijo, bastante duro e parecido com o pão de queijo brasileiro.

com amigas no interior das casas. Era possível ver as convidadas entrarem e saírem das residências, mas impossível perceber o que se passava lá dentro. As casas só ganhavam vida e movimento com a chegada dos maridos do trabalho e das crianças da escola.

E era justamente no espaço da escola que conseguia conhecer melhor os filhos dos imigrantes que viviam na cidade. Durante todo o ensino fundamental convivi com colegas paraguaios e árabes, poucas vezes com argentinos, já que essas famílias preferiam estudar do lado argentino da fronteira. Os paraguaios eram constantemente motivos de zombaria das crianças brasileiras devido a ligação que esses tinham com a cultura indígena guarani e a falta de recursos que impossibilitava que muitos tivessem o uniforme da escola ou os materiais adequados para a aprendizagem, o que ocasionava muitas reprovações no final do ano letivo. Diferentemente dos alunos árabes que portavam o estojo mais cheio e bonito e que apresentavam problemas pedagógicos mais sérios como a dificuldade em compreender os textos e a escrita portuguesa, mas que sempre obtinham sucesso devido às inúmeras aulas particulares pagas pelas famílias.

Os brasileiros adoravam escutar as histórias de guerras e conflitos que as crianças árabes narravam a partir da experiência de suas famílias, porém, negavam a escuta às crianças paraguaias. No decorrer da escolarização a presença de crianças paraguaias e árabes ia aos poucos se desfazendo já que muitas das primeiras abandonavam a escola para ajudar na sobrevivência das famílias enquanto as segundas saíam da escola pública para adentrarem na rede privada.

Essas impressões foram narradas a partir das minhas memórias de infância e revelam representações que ultrapassam o individual por dialogarem com o imaginário construído e reforçado pelas diversas instâncias sociais. Atualmente como pesquisador, me interessa perceber como a história, a geografia, a cultura e o cotidiano da cidade de Foz do Iguaçu interferem na maneira de seus habitantes perceberem tanto a si como os outros, além de compreender os discursos que tentam legitimar a cidade como um espaço “sem fronteira”, local da convivência pacífica entre as culturas. É interessante investigarmos se é possível falarmos num diálogo cultural sem conflitos e a quem interessa a legitimação desse discurso, ao mesmo tempo em que compreender os mecanismos e as estratégias que reforçam essa ideia.

A discussão sobre os contatos culturais sustentaram a criação da Antropologia, e na segunda metade do século XX, a base dos estudos culturais. Ao analisarmos um

pouco da história da cidade é possível percebermos transformações tanto na forma de tratar a questão do contato cultural como das fronteiras, muitas vezes instáveis, entre a cultura local e as “agregadas”.

Acreditamos na tese de que a integração cultural na fronteira esteve sempre em pauta na agenda política e oscilou no decorrer da história a partir dos interesses políticos e estratégicos para a região, tendo o Estado Brasileiro como principal condutor desse processo. Percebemos que o discurso da integração e da convivência cultural pacífica promovido pelo Estado Brasileiro altera as práticas culturais dos moradores de Foz do Iguaçu e interfere na maneira como as escolas abordam a questão da diversidade.

Independente da sustentação ideológica presente nos discursos sobre a integração dessa fronteira, há uma idéia central a ser investigada: é possível pensar num contato entre povos e culturas sem definir um limite? Uma fronteira que possibilite identificar cada lado e a partir desse reconhecimento negociar uma aproximação?

Os dicionários são muito claros sobre a definição de fronteira. É a extremidade de um reino, de uma província que os inimigos se deparam quando querem entrar”. O aspecto estático de front não impede, bem entendido, que por um movimento que venha do interior do território a fronteira se transforme em um front móvel. O objeto da geopolítica consiste precisamente nesse aspecto que, face às definições estáticas dadas pela geografia, ela tenha por objeto o movimento permanente que agita estas linhas reputadas imóveis, sabendo que toda fronteira não é senão o resultado precário e passageiro das lutas engendradas pelas pulsões expansionistas (LEENHARDT, 2002, p 27).

Leenhardt aponta a tendência para pensar as fronteiras a partir de uma concepção que se ancora na territorialidade e se desdobra no político. “Nesse sentido, a fronteira é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície” (2002, p. 29). Em suma, a fronteira é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento. Com isso podemos ver que, mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença. Foucher (2009) afirma que “não há identidade sem fronteira” (p. 22) já que ancorados na memória, na história e no pertencimento é que conseguimos identificar quem somos e nos perceber em relação aos outros.

Para Taylor (1997) a própria capacidade de um indivíduo de se pensar como tal e definir as qualificações desta individualidade é amplamente determinada por suas interações e experiências sociais. A identidade do indivíduo vai se constituindo pelo contato com o outro e por meio de uma troca contínua que permite ao seu eu – o self – estruturar-se e definir-se pela comparação e pela diferença, num processo de reconhecimento. Portanto, a identidade de um indivíduo é definida pelos compromissos e identificações que determinam as suas escolhas e que fazem parte das suas configurações morais, ou seja, o fundamento explícito ou implícito das nossas ações.

[...] Defino quem sou ao definir a posição a partir da qual falo na árvore genealógica, no espaço social, na geografia das posições e funções sociais, em minhas relações íntimas com aqueles que amo e, de modo também crucial, no espaço de orientação moral e espiritual dentro do qual são vividas minhas relações definitórias mais importantes (TAYLOR, 1997, p.54).

Fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas, referências mentais que guiam a percepção da realidade e dialogam com a identidade. Nesse sentido, como afirma Leenhardt (2002) as fronteiras são produtos desta capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo.

Pesavento (2002) corrobora esse argumento ao entender o imaginário como um sistema de representações coletivas que atribui significado ao real e que pauta os valores e a conduta. Para a autora, “as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias e limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo” (p. 36). Dialogando com essas ideias, a pesquisa em andamento aborda as culturas existentes em Foz do Iguaçu e as negociações que realizam entre as suas culturas de origem e a local a partir da instituição escolar. Concordamos com Sacristán (1999) que afirma que o sistema educativo e as práticas culturais não são ilhas isoladas e que são constantemente modificados diante das novas demandas e interações que ocorrem na

sociedade. Dessa forma a educação e a cultura dialogam com o processo histórico e as ideologias³ que o sustenta.

A investigação concentra-se nas disputas de identidades nas representações nacionais que são construídas tanto pelos imigrantes quanto pelos brasileiros. E procura identificar de que maneira as identidades nacionais são construídas e negociadas nas zonas de fronteiras. Ao longo da investigação, dialogamos com alguns conceitos pensados pela geografia, história cultural, antropologia e educação, tais como fronteira, identidade, cultura e currículo.

O recorte investigativo se dá a partir das relações sociais estabelecidas entre os habitantes de Foz do Iguaçu e os vizinhos da fronteira argentina, na cidade de Puerto Iguazú, e os moradores da cidade brasileira com os imigrantes de origem árabe. Tendo o *Programa Escolas Bilíngües de Fronteira (PEBF) : Modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol*⁴ e a **Escola Libanesa Brasileira**, de Foz do Iguaçu como locais privilegiados da investigação.

Definiu-se as populações de origem argentina e árabe como focos da pesquisa devido aos seguintes fatores: criação de políticas públicas específicas para a integração dessas comunidades na localidade fronteiriça estudada; interferência dessas populações

³ A ideologia é compreendida aqui, tal como Giroux (1997) a define, ou seja, sendo uma construção que se refere às formas nas quais os significados são produzidos, mediados e incorporados em formas de conhecimento, práticas sociais e experiências culturais. Neste caso, a ideologia é um conjunto de doutrinas bem como um meio através do qual os professores e educadores dão sentido a suas próprias experiências e às experiências do mundo em que se encontram. Como ferramenta pedagógica, a ideologia torna-se útil para a compreensão não apenas de como as escolas sustentam e produzem significados, mas também de como os indivíduos e grupos produzem, negociam, modificam ou resistem a eles. Compreender como a ideologia funciona fornece aos professores uma ferramenta para examinar como suas próprias visões sobre o conhecimento, natureza humana, valores e sociedade são mediadas através das suposições de “senso comum” que usam para estruturar suas experiências em sala de aula.

⁴ O Programa Escolas Bilíngües de Fronteira / PEBF nasceu da necessidade de estreitar laços de interculturalidade entre cidades vizinhas de países que fazem fronteira com o Brasil. É resultado de acordos firmados pelos Ministérios da Argentina e do Brasil desde a criação do Mercosul e tem como marco o Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991 que em seu artigo 23 declara o português e o espanhol como idiomas oficiais do Mercado Comum do Sul. O Programa Escolas Bilíngües de Fronteira / PEBF começa a se tornar realidade em 2004 quando é criado um grupo de trabalho que visava diagnosticar e criar ações efetivas para a implementação do projeto. Durante 2005 o programa envolveu duas escolas argentinas, uma em Bernardo de Irigoyen, Misiones, e a outra em Paso de los Libres, Corrientes, e duas escolas brasileiras, uma em Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, e outra em Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Em 2006 o programa foi ampliado para as localidades de Puerto Iguazú, Misiones, e Santo Tomé e La Cruz, Corrientes pela Argentina e para as localidades de Foz do Iguaçu, Paraná e para São Borja e Itaqui, no Rio Grande do Sul.

na cultura e na identidade local; necessidade de compreender como as identidades nacionais estabelecem e negociam suas culturas e de que maneira isso modifica suas identidades e principalmente devido a escassez de estudos acadêmicos que ampliem essa problemática⁵.

Para os seus defensores, a globalização no plano econômico é um processo de desfazer fronteiras, de pensar o mundo como um todo comunicável por regras e práticas comuns, que devem ser adotadas por todos, indistintamente. Candau (2008) e Santos (1994) acreditam que os estudos empíricos ainda não comprovaram a tese de que a globalização, ao reorganizar os países dentro de um conjunto de postulados e objetivos, transformaria cidadãos locais em cidadãos planetários, fazendo com que as expressões particulares fossem substituídas por linhagens gerais, provocando a homogeneização dos indivíduos e grupos. Da Matta (1996) concorda com esse argumento e chama atenção para dois movimentos básicos sobre os quais se apóia o processo de globalização no plano cultural: a difusão e a aculturação.

A difusão seria a adoção de uma determinada entidade cultural do “outro” e a aculturação seria o modo específico pelo qual essa adoção será feita pelo grupo. Segundo este antropólogo, na transposição de um elemento de uma cultura para outra poderá haver uma reelaboração que gerará outros papéis e sentidos, imprimindo matizes específicos ao elemento importado. Nesse sentido, a homogeneização cultural seria impossível, uma vez que cada grupo social receberia e recriaria as influências recebidas. É no bojo destes movimentos inerentes ao processo de globalização que cresce a visibilidade das diferenças e acentua-se a consciência da diversidade cultural.

A emergência das pluralidades culturais vem realçar a importância da tolerância e da democracia, onde a “negociação” tem papel fundamental. Assim, acreditamos que a sociedade poderá construir um caminho para resolver suas tensões e conflitos (Candau, 2008, p. 40).

⁵ Essa investigação não priorizou o debate com a fronteira paraguaia devido essa problemática estar bastante contemplada na literatura acadêmica sobre a região. CATTI, Luiz Eduardo. *A Face da Desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira* (Foz do Iguaçu/ 1994 - 1992), 2009. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*, 2002. ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*, 2010. Não desprezaremos a importância da presença paraguaia em Foz do Iguaçu e os resultados das pesquisas apontadas, porém, elas serão utilizadas para nos ajudar a refletir sobre os contatos da cidade com as populações de origem argentina e árabe.

Por mais que a globalização acabe impondo um discurso de integração e de homogeneização, torna-se difícil articular as especificidades culturais locais e simultaneamente valorizar dinâmicas globalizantes. Essa complexidade se faz sentir com maior intensidade, na medida em que são cada vez mais tênues as distinções entre o que seria exclusivamente local ou global em termos de práticas ou mesmo de ideias. Assim como o global é constantemente reinterpretado e revivenciado de acordo com o contexto sociocultural local onde se insere, o local é igualmente afetado por interferências globais de toda espécie, ora mais intensas, ora mais brandas, de acordo com as necessidades locais, o panorama internacional e, evidentemente, o jogo de poder que resulta e dirige este complexo “inter-relacional” (Candau, 2008).

A cultura, não sendo um fenômeno estático, se modifica e sofre influências muito diversas. É difícil afirmar que nas sociedades contemporâneas existem culturas “puras”. Os processos de hibridização cultural são cada vez mais intensos, ao mesmo tempo em que é cada vez mais forte a preocupação de cientistas sociais e antropólogos com o estudo destas realidades. De acordo com esta perspectiva, o encontro entre culturas não implica necessariamente em exclusão, uma vez que, no processo de hibridização cultural, diferentes misturas culturais se interpenetram. A cultura de cada povo, mesmo considerando a hibridização presente em maior ou menor grau, processa as informações recebidas de forma diferente.

Portanto, pelo contato e permeabilidade, a fronteira é, sobretudo, híbrida e mestiça possibilitando encontrarmos nela novas configurações de sujeitos e novas configurações morais:

Se a fronteira cultural é trânsito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa, ela proporciona o surgimento de algo novo e diferente, possibilitando pela situação exemplar do contato, da mistura, da troca, do hibridismo, da mestiçagem cultural e étnica.

[...] A condição de fronteira é ser ex-cêntrico, ou seja, é dada pela situação de ser borda, margem ou franja. Não estar no centro é postular uma atitude de estranhamento, que possibilita aquilo que se convencionou chamar como sendo a melhor atitude antropológica: “ver mais longe”, colocar-se à distância e em recuo frente à situação observada para melhor enxergá-la e compreendê-la. (Pesavento, 2008, p. 37).

Na fronteira geográfica, a identidade é tema privilegiado, porque nela o sujeito é constantemente inquirido: quem é você? A que lado você pertence? As respostas para essas e outras questões tornam-se cada vez mais complexas e ambivalentes na afirmação

da identidade. Quando os sujeitos são imigrantes ou fazem parte de gerações de imigrantes que notoriamente transitam entre os valores da cultura de origem familiar e os valores culturais da fronteira operam práticas culturais diferenciadas que devem ser investigadas.

Reafirmamos que o objetivo central da investigação em processo é comprovar a tese de que a integração cultural presente no imaginário social de Foz do Iguaçu é mais uma construção política do que uma necessidade autêntica dos habitantes desta cidade. A partir daí, perceber como a escola adota esse discurso e dialoga com as culturas plurais que habitam seu interior. Procurando perceber como se processam as negociações culturais e as mudanças que elas provocam nas identidades dos sujeitos envolvidos no processo.

Outros objetivos da pesquisa são: Perceber como o discurso da globalização interfere na realidade local e quais modificações provocam na cultura; Entender se as culturas que convivem no mesmo território processam as informações globais da mesma forma; Investigar se viver na região de tríplice fronteira facilita ou dificulta o diálogo autêntico entre as diversas identidades culturais que convivem na escola; Compreender como o discurso da integração cultural foi construído ao longo da história de Foz do Iguaçu e de que maneira ele interfere no cotidiano dos moradores desta cidade.

A investigação procura levantar pistas que sustentam nosso argumento e que possam auxiliar na reflexão sobre como a fronteira, elemento definido geopoliticamente, interfere nas práticas culturais de Foz do Iguaçu. Procura compreender as particularidades de um ambiente fronteiro, onde hábitos, costumes e processos se entrelaçam e configuram-se em uma experiência única e diferente da dos grandes centros urbanos. Assumindo posicionamentos interioranos, mas com características muito próprias a um espaço marginal, visto, algumas vezes, como área de limite e, outras, como inferior, distante dos centros de decisão.

A região de fronteiras é geralmente vista pela imprensa e pelo imaginário popular como um lugar perigoso, espaço da ilegalidade, da contravenção e da violência. Albuquerque (2010) constata que a Tríplice Fronteira⁶ (*Ciudad Del Este* no Paraguai, *Foz do Iguaçu* no Brasil e *Puerto Iguazú* na Argentina) foi representada a partir de

⁶ A idéia de tríplice fronteira será detalhada no capítulo seguinte, que é dedicado a cidade e a região de Foz do Iguaçu.

meados da década de 1990, particularmente pela imprensa brasileira, argentina e organismos oficiais de segurança dos Estados Unidos como um lugar de tráfico de drogas e armas, lavagem de dólares, refugio de terroristas árabes. Inclusive, a associação da comunidade árabe local com o crime e o terrorismo prejudicou a imagem dessa população na fronteira, despertando uma crescente desconfiança sobre as suas ações.

Koltai (2009) discute que a principal característica dos novos grupos migratórios é que “o estrangeiro deixou de ser o Outro absoluto, aquele que vivia do outro lado do oceano ou atrás de fronteiras intransponíveis e passou a ser alguém que mora ao lado, na casa vizinha” (p. 143). Para a autora esse é o grande problema da recepção do estrangeiro em nossos dias já que aquilo que ainda parecia tolerável quando o estrangeiro estava longe vem se tornando insuportável a partir do momento em que ele se aproximou demais, “impondo as suas assim chamadas *excentricidades*” (grifo da autora, 2009, p. 144). Esse cenário vai provocar debates acirrados não só na Europa, onde vemos sinais inequívocos de intolerância e medo frente a cultura de origem islâmica, mas provocará reflexos em todas as regiões que reúnem comunidades árabes organizadas, como é o caso de Foz do Iguaçu.

É importante mencionar que a etnicidade⁷ árabe, tão presente no cotidiano de Foz do Iguaçu, foi diversas vezes desvalorizada no cenário nacional. Karam (2009) afirma que na primeira metade do século XX, as elites luso-brasileiras tratavam os chamados “turcos” de modo depreciativo, como comerciantes de natureza trambiqueira ou perspicaz que “acumulavam riquezas, mas não produziam nada para a nação” (p. 33). O autor também comenta que os descendentes de origem médio-oriental são identificados com diversos rótulos no Brasil: “turco”, “sírio”, “libanês” “sírio-libanês”, “árabe” e “árabe brasileiro”. Para Karam isso ocorre devido a fluidez e ambigüidade com que as terminologias étnicas e raciais são tratadas no Brasil.

Como descendente do Oriente Médio, por exemplo, sou constantemente chamado de “turco”, “libanês” “sírio-libanês” e “árabe”. Historicamente, a designação de “turco” foi criada por políticos brasileiros para os viajantes portadores de passaportes emitidos pelo Sultanato Otomano, desde o final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial. Depois da criação da

⁷ Os rótulos de sírio, libanês, sírio-libanês, árabe e turco serão empregados de acordo com o texto ou contexto empírico. No decorrer da investigação adotaremos o termo “árabe”, já que ele é o utilizado pela comunidade islâmica de Foz do Iguaçu.

Síria e do Líbano como entidades geopolíticas sob o mandato colonial francês na década de 1920, as listas de imigração brasileiras passaram a incluir as categorias de “sírio” e “libanês”. No entanto, desde o final do século XIX até o presente, o termo “turco” geralmente tem sido usado pela elite e pelo povo em geral para designar as pessoas com origem do Oriente Médio. Antigamente era visto como pejorativos, no entanto, hoje os descendentes dessa origem dizem que “turco” não é um termo discriminatório, e sim “de brincadeira” ou “carinhoso”, que reflete a ideologia nacionalista da democracia racial (Karam, 2009, p.31).

Desde 1880, guerras e perseguições levaram centenas de milhares de libaneses a desembarcarem em massa no Brasil, onde se tornaram a maior colônia de origem árabe, com cerca de seis milhões de pessoas, somando imigrantes e descendentes. Ao lado delas, a comunidade árabe-brasileira é reforçada por sírios, palestinos e em menor número, egípcios, marroquinos, jordanianos, iraquianos e outros. Foz do Iguaçu agrega a segunda maior colônia árabe brasileira já que a cidade de São Paulo ocupa a primeira posição.

Os árabes presentes em Foz do Iguaçu são predominantemente libaneses e de tradição muçulmana. A região do Líbano de onde advêm são de maioria religiosa islâmica e isso se reflete diretamente na comunidade iguaçuense. Estima-se que 95% são muçulmanos sendo a maior parte deles xiitas (Rabosi, 2004). A cidade possui duas mesquitas, ambas localizadas no Jardim Central, onde reside a maior parte dos libaneses que atuam no comércio brasileiro e paraguaio. São duas as escolas que recebem os filhos dos árabes e seus descendentes: a Escola Árabe Brasileira de Foz do Iguaçu e a Escola Libanesa Brasileira, sendo essa de tradição xiita e de maior prestígio na comunidade étnica local.

A maior parte dos imigrantes árabes que vivem na cidade são comerciantes e atuam no comércio da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, sendo esse um dos motivos principais da migração para esta localidade. Paralelamente a idéia de marginalidade, que muitas vezes é associada a Tríplice Fronteira, há um esforço do poder público em outra direção: a do diálogo econômico e cultural com os países vizinhos e do relacionamento harmônico com os imigrantes de outras localidades, o que faz com que a presença árabe na região sustente esse argumento.

Reforçando a idéia de integração das fronteiras dos países do Cone Sul, é iniciado a partir de 1985 diversas negociações entre Brasil e Argentina com vistas à formação de um mercado regional, que mais tarde resultou na criação do *Mercosul* -

Mercado Comum do Sul. O incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina impulsionou a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 29 de novembro de 1988. Naquele acordo, os dois países estabeleceram um prazo de dez anos para a formação de um espaço econômico comum, mediante a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias e a elaboração de políticas conjuntas.

Ao esforço de integração inicialmente empreendido por Argentina e Brasil uniram-se Paraguai e Uruguai. Juntos, os quatro países formularam o projeto de criação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul, culminando na assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991. Naquela data, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai acordaram ampliar as dimensões dos seus mercados nacionais, com base na premissa de que a integração constitui condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social de seus povos. Estabeleceram, no preâmbulo do Tratado de Assunção, que a constituição do mercado comum deve pautar-se pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, pela preservação do meio ambiente, pela melhora das interconexões físicas e pela coordenação de políticas macroeconômicas de complementação dos diferentes setores da economia (BRASIL. Departamento do Mercosul (DMSUL) do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: < <http://www.mercosul.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul, 2010.

De acordo com o art. 1º do *Tratado de Assunção*, a criação de um mercado comum implica: a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes; o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração.

O *Tratado de Assunção* afirma que o *Mercosul* caracteriza-se pelo regionalismo aberto. Isso significa que a criação do bloco tem por objetivo não só o incremento do comércio intrazona, mas também o estímulo às trocas com terceiros países. São Estados Associados do *Mercosul* a Bolívia (desde 1996), o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004). Além disso, o *Tratado de Assunção* é aberto, mediante negociação, à adesão dos demais Países Membros da ALADI. Nesse sentido, foi assinado, em 4 de julho de 2006, o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao *Mercosul*.

O Tratado de Assunção declara no artigo 23 que o português e o espanhol serão os idiomas oficiais do *Mercosul* e como parte desse processo, o Setor Educacional do Mercosul – SEM aponta, nos seus planos de ação, a necessidade de difundir o aprendizado do português e do espanhol por meio dos sistemas educacionais formais e não formais, considerando como áreas prioritárias o fortalecimento da identidade regional, levando, dessa forma, ao conhecimento mútuo, a uma cultura de integração e à promoção de políticas regionais de formação de recursos humanos visando à melhoria da qualidade da educação. É nesse contexto que é criado a partir de 2004 o *Programa Escolas Bilíngües de Fronteira (PEBF)*.

A respeito das escolas situadas em área de fronteira, observa-se que geralmente são focalizados nos estudos aspectos pertinentes à questão lingüística, visto que há fronteiras trilingües⁸ demandando das escolas o reconhecimento dessa realidade, a fim de evitar a exclusão dos alunos ou ainda, a negação de um dos mais fortes símbolos identitários- a língua. (cf. TRINDADE; BEHARES; FONSECA; 1995 e BEHARES; 1997). No entanto, há outros ícones identitários que merecem ser focalizados nas práticas educativas, em especial, quando são sujeitos oriundos de famílias migrantes que em casa compartilham a cultura da sociedade de origem, mas na escola são vistos como diferentes e se deparam com elementos da sua cotidianidade, representado como folclore, ou como expõe Fischmann (1996, p. 183) “manifestação cristalizada no tempo, recortada da vida”.

As identificações étnico-culturais são partes de um processo dinâmico de invenção, tanto na forma como no conteúdo. Dentro do grupo, os membros ocultam e negociam as significações identitárias, de modo que se situem como melhor lhes convier nas relações. Sayad (1998) afirma que os imigrantes são estrangeiros que aparentemente estão como provisórios em uma determinada sociedade receptora, mantêm variados elos culturais e sentimentais com suas nações de origem, mas geralmente se tornam permanentes e se integram de diferentes formas a uma nova nação.

⁸ Pode-se exemplificar as fronteiras entre Brasil-Paraguai, Brasil-Argentina dentre outras, na qual se fala o espanhol, guarani e português.

O estrangeiro, como conceito sóciopolítico, afirma Koltai (2009) é uma invenção do mundo moderno, concomitante ao surgimento dos Estados nacionais, período em que a nação passou a se definir por suas fronteiras:

A partir desse momento, o termo estrangeiro passou a designar aquele que pertencia a outra nação, que vivia ou vinha de um outro lugar, situado para além das fronteiras nacionais. A noção de nacionalidade passou a constituir o parâmetro para estabelecer a diferença entre o estrangeiro e o não estrangeiro, sendo que as atribuições de nacionalidade variam de país para país, definindo-se a nacionalidade pelo jus solis ou pelo jus sanguinis. O primeiro costuma ser reivindicação dos emigrantes, enquanto o segundo, dos nacionalistas. (Koltai, 2009, P. 141)

Ao discutirmos sobre como ocorre a recepção do estrangeiro e as “zonas de contato” (Burke, 2009) entre culturas que convivem no mesmo território, somos confrontados como aponta Raffestin (1993), com a noção de limite: “traçamos limites ou esbarramos em limite” (p. 164), já que toda relação depende da delimitação de um campo, “no interior do qual se origina, se realiza e se esgota”. Dessa forma, acreditamos que a fronteira cultural é trânsito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa, proporcionando pela situação do contato, da mistura e da negociação o surgimento de algo novo e diferente.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: Os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ARGENTINA. BRASIL. Documento escrito em co-parceria com os Ministérios da Educação da Argentina e Brasil em março de 2008 sobre o **Programa Escolas Bilíngües de Fronteira (PEBF)** “Modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol” Um esforço binacional argentino-brasileiro para construção de uma Identidade Regional Bilíngüe e Intercultural no marco de uma cultura de paz e de cooperação interfronteiriça. Disponível em:

< http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf>, Acesso em: 26 jul. 2010.

ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAI, URUGUAI. **Tratado de Assunção**-Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai. Assinado em 26 de março de 1991. Disponível em:

www.antaq.gov.br/portal/pdf/Mercosultratadoassuncao.pdf>, Acesso em: 26 de jul. 2010.

ARRUDA, Aline Maria Thomé. **A presença libanesa em Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad Del Est (Paraguai)**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília: Instituto de Ciências Sociais, Centro de Estudos Comparados sobre as Américas, 2007.

BEHARES, L. E. (Org.). **Segundo seminário sobre educación y lenguaje en áreas de frontera**. Montevideo: Gabaratoss.s.r.l. 1997.

BURKE, Peter. **O historiador como colunista: Ensaios para a Folha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: questões, tendências e perspectivas**. In: CANDAU, V.M. (org.): Sociedade, Educação e Cultura (s): Questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Interculturalidade e educação escolar. In: CANDAU, V.M. (org.). Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 47-60.

DA MATTA, R. **Globalização e identidade nacional: considerações a partir da experiência brasileira**. Ensaio proferido em Seminário Internacional sobre Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização, promovido pela UNESCO, o *Senior Board* do Conselho Internacional de Ciências Sociais e o Conjunto Universitário Cândido Mendes. Realizado de 10 a 12 de abril de 1996, no Rio de Janeiro.

FISCHMANN, R.. **Educação democracia e a questão dos valores culturais**. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 1996.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.

Front set frontières: um tour du monde géopolitique. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1991.

GIROUX, Henry A. **Escola crítica e política cultural**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KARAM, John Tofik. **Um outro arabesco: Etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KOLTAI, Caterina. **A recepção nacional do estrangeiro no mundo globalizado**. In: VIEIRA, Liszt (Org.). Identidade e Globalização: Impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural. Rio de Janeiro: Record, 2009.

Política e Psicanálise: O estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000.

LEENHARDT, Jacques. **Fronteiras, Fronteiras Culturais e Globalização**. In: MARTINS, Maria Helena (org.). Fronteiras Culturais: Brasil, Uruguai e Argentina. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre/ Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins/ Ateliê Editorial: 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **Além das fronteiras**. In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras Culturais: Brasil, Uruguai e Argentina*. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre/ Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins/ Ateliê Editorial: 2002.

RABOSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad Del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACRISTÁN, J. Gimeno. GÓMEZ, A. I. Pérez. **Comprender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Poderes Instáveis em educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, n. 5, nov. 1994, pp. 31-52.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Prefácio Pierre Bourdieu. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self: A construção da identidade moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TRINDADE, A. M.; BEHARES, L.E.; FONSECA, M. C. **Educação e linguagem em áreas de fronteira Brasil-Uruguai**. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 1995.